EDITORA
UnB

EDUCAÇÃO INFANTIL EM DIÁLOGO

Pesquisas e olhares a partir dos estudos sociais da infância

Etienne Baldez
Monique Aparecida Voltarelli
(org.)

Pesquisa, Inovação & Ousadia

Universidade de Brasília

Reitora Rozana Reigota Naves
Vice-Reitor Márcio Muniz de Farias

EDITORA
UnB

Conselho editorial
Germana Henriques Pereira (Presidente)
Ana Flávia Magalhães Pinto
Andrey Rosenthal Schlee
César Lignelli
Fernando César Lima Leite
Gabriela Neves Delgado
Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
Liliane de Almeida Maia
Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Roberto Brandão Cavalcanti
Sely Maria de Souza Costa

EDITORA
UnB

Educação infantil em diálogo

Pesquisas e olhares a partir dos estudos sociais da infância

Etienne Baldez
Monique Aparecida Voltarelli
(org.)

Pesquisa, Inovação & Ousadia

Equipe do projeto de extensão – Oficina de edição de obras digitais

Coordenação geral	Thiago Affonso Silva de Almeida
Consultora de produção editorial	Percio Savio Romualdo Da Silva
Coordenação de revisão	Denise Pimenta de Oliveira
Coordenação de design	Cláudia Barbosa Dias
Revisão	Caio Martins Lopes
Diagramação	Beatriz Parente Barreto de Abreu
Foto de capa	Tatiana Syrikova via Pexels.com

© 2023 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A - 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70910-900
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UnB)

E24 Educação infantil em diálogo [recurso eletrônico] : pesquisas e olhares a partir dos estudos sociais da infância / Etienne Baldez, Monique Aparecida Voltarelli, organizadoras. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2025.
227 p. – (Série Pesquisa, Inovação & Ousadia).

Formato PDF.
ISBN 978-65-5846-248-4.

1. Educação infantil - Aspectos sociais. 2. Práticas de ensino. I. Barbosa, Etienne Baldez Louzada (org.). II. Voltarelli, Monique Aparecida (org.). III. Título. IV. Série.

CDU 373

Fernanda Cordeiro de Carvalho – Bibliotecária – CRB 1/2339

Pensar as crianças no tempo presente tem sido um desafio, e requer cada vez mais perguntar "quais lugares que as crianças têm ocupado na sociedade, em especial dentro das instituições de educação infantil?", no intuito de pôr em pauta a forma como travamos relações e como construímos práticas educativas com as crianças. Desse modo, dedicamos esta obra a todos profissionais, estudiosos/as, pesquisadores/as da infância, que, assim como nós, têm se preocupado em construir percepções amplas sobre a infância, trocando lentes e olhares anteriores por indagações, incômodos e buscas constantes de aperfeiçoamento nas formas como educamos as nossas crianças.

Dedicamos, em especial, às crianças, que nos ensinam diariamente a nos reinventar, a resistir, a sermos singulares e resgatar nossas potências, nossa ludicidade e nossa esperança por dias melhores, sempre. A todas as crianças que nos inspiram a caminhar e a seguir investindo esforços investigativos para compreendê-las, conhecê-las e aprender com elas formas outras de ver o mundo. Tudo que aqui foi analisado, estudado e refletido não faria sentido se não fosse por elas.

Agradecimentos

A organização e escrita de um livro é resultado de relações que estabelecemos com diversos cenários sociais em que estamos inseridas, com os nossos pares, com o meio acadêmico e com tantas pessoas, espaços, leituras e experiências que configuram nossas trajetórias e vão tecendo construções que carregam nossas compreensões e lutas. Nesse sentido, agradecemos imensamente e carinhosamente a cada autor e autora desta obra, que não mediram esforços para que pudéssemos compor esses diálogos sobre a infância, e que resultam, ainda, de relações que nós organizadoras tivemos a oportunidade de construir nos nossos últimos anos de atuação profissional e por meio das nossas trajetórias de pesquisa.

Propor e concretizar a publicação de um livro é por nós visto e compreendido como um momento de celebração, em forma de abertura e também ponto de partida para revistarmos saberes, para a construção de outros e para seguir investigando. Assim como as crianças, desde o nascimento, nos inspiram para a possibilidade do novo, que possamos por meio desta obra transitar entre as palavras, tropeçar nas construções propostas, brincar com as ideias, desconstruir e construir percepções e, principalmente, compartilhar engajamentos que vislumbrem a efetivação dos direitos das crianças a viverem suas infâncias plurais.

Agradecemos também a todos que nos acompanharam nesse processo, que acreditaram nos possíveis e que inventam conosco outras formas de compreender as práticas educativas com as crianças.

Aos leitores, somos gratas pela confiança no nosso trabalho e os convidamos ao mergulho no conhecimento sobre os estudos da infância a serem explorados nas próximas páginas.

“Que nenhuma opinião seja uma convicção absoluta, imutável.
Que o dia de hoje seja sempre feito da soma das experiências de ontem,
enriquecidas das experiências de amanhã… Somente com essa condição
nosso trabalho nunca será monótono nem sem esperança.”
Janusz Korczak

Sumário

Prefácio 15

Apresentação 17

A educação infantil em pauta: perspectivas e diálogos

Interseccionalidade na área da educação infantil: conceito e ferramenta analítica para o desvelamento sobre infância(s) e as crianças 29
Ana Caroline Irineu
Catarina Moro

A organização do currículo da educação infantil em campos de experiência: o protagonismo das crianças em evidência 39
Rafaelli Norberto Grégio
Giane Lucelia Grotti

Quando o santo de casa não faz milagres: como melhorar a implementação de políticas educacionais a partir do envolvimento dos atores? 47
Cristiano Rogério Alcântara
Gabriela Spanghero Lotta

Saberes da infância e a formação dos profissionais da educação 57
Marcia Cristina Argenti

A especificidade da educação infantil referenciada pela coordenação pedagógica (Brasília, 2020-2022) 67
Débora de Souza Santos
Etienne Baldez

A dimensão moral da avaliação: estereótipos de gênero no contexto da educação infantil **79**
Viviane Fernandes Faria Pinto

Educação infantil e famílias no cenário da revisão de literatura 89
Nazareth Salutto
Maria Alice Barbosa dos Santos

O que dizem os materiais pedagógicos sobre avaliação? 99
Gabriela Scramingnon
Maria Fernanda Rezende Nunes
Marina Castro e Souza

Entre os desafios da proposição, o relato das práticas docentes com projetos na educação infantil (Brasília, 2022-2023) 113
Ligia Almeida Teixeira
Etienne Baldez

Estudos sociais da infância: olhares para a pesquisa para, com e sobre as crianças

Pressupostos teóricos da sociologia da infância nas pesquisas brasileiras 125
Lucas Ramos Martins
Ademilson de Sousa Soares

“De olho na fresta”: encontros da educação infantil com os estudos da infância **135**
Aline Buy dos Santos
Lisandra Ogg Gomes

Gênero e infância: em quais práticas sociais os meninos estão se engajando? **145**
Danielle Atta
Monique Aparecida Voltarelli

Interseccionalidades entre infância, gênero e raça na sociologia da infância brasileira **157**
Andrea Braga Moruzzi
Mayra Silva dos Santos
Vanessa Medianeira da Silva Flôres

Geografia e educação infantil: as crianças e suas relações espaço-temporais **169**
Ana Paula Batista Pina dos Santos
Maria Lídia Bueno Fernandes

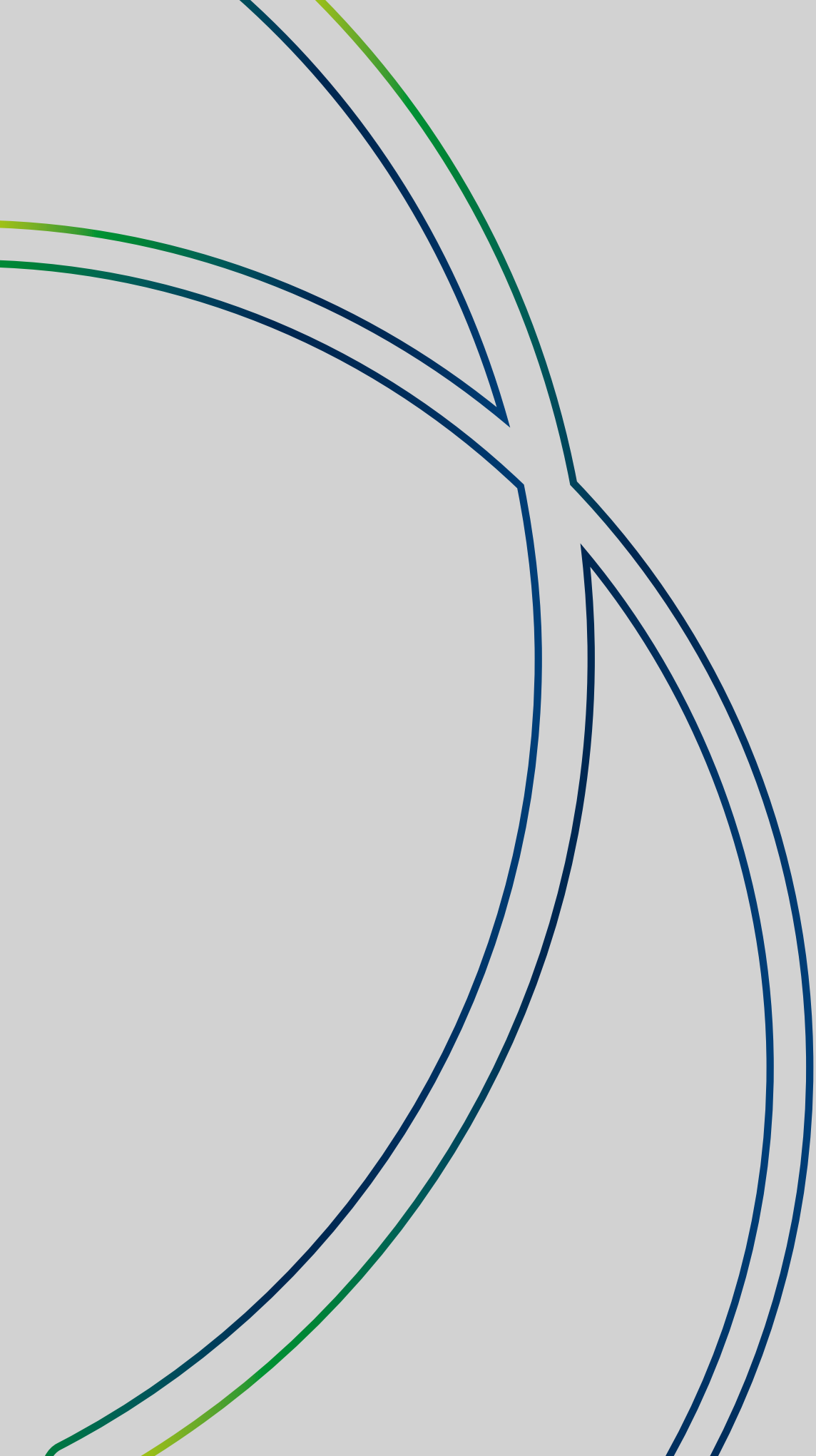
A infância brasileira em um cenário pandêmico **179**
Lara Batomarco Nobre
Laura Brisolara de Albuquerque
Monique Aparecida Voltarelli

Metodologias de pesquisa com crianças: uma experiência na cidade de Brasília **191**
Rhaisa Naiade Pael Farias
Ingrid Dittrich Wiggers

Estudos sociais da infância e migrações internacionais: análise das produções acadêmicas brasileiras do período de 2013-2023 **201**
Flávio Santiago
Taís Aparecida de Moura

Reflexões finais 213

Sobre os autores 217



Estudos sociais da infância: olhares para a pesquisa para, com e sobre as crianças

Interseccionalidades entre infância, gênero e raça na sociologia da infância brasileira

Andrea Braga Moruzzi
Mayra Silva dos Santos
Vanessa Medianeira da Silva Flôres

Introdução

Nos estudos da sociologia da infância, a criança é percebida como sujeito agente de socialização, capaz de compreender a realidade e participar das transformações, se colocando como protagonista nos diversos contextos nos quais está inserida. Dessa forma, a criança passa a ser vista como protagonista de sua história, ressignificando conceitos e ampliando olhares na dinâmica social. A sociologia da infância percebe as crianças como sujeitos de direitos e produtoras de cultura, problematizando as abordagens psicológicas e biológicas que hegemonicamente produziram narrativas sobre elas. Na sociologia da infância, os fatores de homogeneidade entre crianças que as constituem como grupos, com características etárias semelhantes, aspectos culturais ou outras identificações, são considerados. Contudo, os fatores de heterogeneidade, como classe social, gênero, raça, etnia e religião, são considerados constituintes da singularidade de cada criança e da pluralidade de infâncias, pois estas diferentes clivagens as diferenciam na chave da ideia de interseccionalidade.

Considerando as questões de gênero e raça na sociologia da infância brasileira, podemos afirmar que esses marcadores são fundantes das desigualdades sociais que acometem diretamente as crianças nesse país. Em termos educacionais, discorrer sobre questões raciais na escola ainda é uma tarefa bastante complexa e, quando nos atentamos ao contexto da educação infantil, se torna ainda mais delicada. A atitude omissa quanto à diversidade que envolve o âmbito educativo é um fator que ainda propaga estigmas, preconceitos e

discriminações estabelecidos socialmente, no que se refere ao racismo e sexismo, principalmente na socialização das crianças pequenas nesse espaço.

Na proposição de contribuir com o debate que visa a justiça social na vida das crianças, o presente texto busca elencar discussões da compreensão da infância, gênero e raça na sociologia da infância brasileira e indicar o modo pelo qual essas categorias se interseccionam nesse campo teórico. Partimos das discussões de Fernandes (1944), em específico de sua obra *As trocinhas do Bom Retiro*, o qual pioneiramente apresenta a ideia de cultura infantil, para, em seguida, revisitarmos os textos das pesquisadoras Rosemberg (2012), Faria (1999, 2006), Campos e Abramowicz (2015), que compõem uma primeira geração de pesquisadoras após Fernandes (1944), alargando o debate para demais gerações que deram continuidade a essas pesquisas, como Finco, Oliveira, Moruzzi (2015), Santiago (2020) etc.

A respeito desse marco inicial da sociologia da infância no Brasil, cabe destacar que o estudo intitulado *As trocinhas do Bom Retiro* foi realizado em 1941 e publicado em 1944. Nesse texto, o autor traz importantes reflexões que, segundo a pesquisadora da infância Abramowicz (2015), foram centrais,

> pois introduz no debate e na descrição minuciosa das trocinhas, brincadeiras, folclore e folguedos das crianças as questões prementes e atualmente discutidas entre aqueles que trabalham na linha do que vem sendo denominado sociologia da infância (Abramowicz, 2015, p. 15).

Cabe ainda mencionar que, da década de 40 até os anos 70 e 80, houve um hiato de estudos na área da sociologia da infância brasileira, conforme indicam as pesquisadoras brasileiras que retomaremos nesse texto. Desse modo, faremos um caminho a partir de Fernandes (1944) e revisitaremos alguns dos textos principais que indicam essa interseccionalidade entre infância, gênero e raça.

Sociologia da infância no Brasil: o legado de Florestan Fernandes

Os estudos da sociologia da infância vêm se consolidando no Brasil desde os anos 1980, trazendo um novo paradigma para a infância e nos contextos das transformações que atingem as instituições sociais pertinentes à vida da criança. Envolta desses estudos teóricos, estão constituídas críticas relacionadas, principalmente, às visões tradicionalistas sobre a socialização da criança e aos aspectos evolucionistas e deterministas do pensamento de Piaget, construídas a partir da concepção da imaturidade biológica da criança e da sua dependência. Com isso,

> a sociologia da infância rompe, portanto, com as abordagens clássicas da socialização pelo fato destas tomarem a criança como um ser passivo e sempre "em trânsito" para a vida adulta (isto é, um ser "de passagem"). Assim, a mudança da visão da criança como objeto ou produto da ação adulta para a compreensão da criança também como um agente de sua própria socialização é a grande mudança que se estabelece. O esforço é o de revelar que, nos

> "papéis" de "filho" e "aluno", a criança que está ali não é um receptáculo passivo de socialização numa ordem social adulta (Marchi, 2010, p. 392).

A partir dos estudos promovidos por esse campo, a socialização é vista como um processo no qual a criança se torna um ser ativo, valorizando-se seus sentimentos, ideias, valores e expectativas. Diante disso, propõe-se estudar a infância, tirando-a de um viés de invisibilidade teórica, descentrando o olhar do adulto como condição de percepção da inteligibilidade da infância e da compreensão da criança como agente de sua própria socialização. Propõe-se, nesse sentido, entender a ação das crianças nas sociedades e em suas infâncias, impactando principalmente nas relações de poder e da constituição e manutenção da ordem social vigente. Vale destacar que a socialização é um dos temas caros para a sociologia da infância e alguns estudos têm proposto envergaduras teóricas que mobilizam outros conceitos, como o de sociabilidades, para desconstruir a ideia de socialização passiva criticada por esse campo teórico.[1]

Outra temática importante desse campo remete à ideia de cultura infantil, pioneiramente desenhada por Fernandes (1944) a partir de suas pesquisas no bairro do Bom Retiro, em que procurou compreender a dinâmica das trocinhas.[2] "As trocinhas" era o nome dado aos grupos infantis que se reuniam com a finalidade e o desejo de brincar, e eram formados pelos critérios geográficos ou de vizinhança. Segundo Fernandes (1944), a partir da puberdade existiam trocinhas formadas somente por meninas e outras somente por meninos, que apresentavam brincadeiras diferentes, ilustrando a divisão sexista da época. Ao relatar a organização desses grupos, Fernandes (1944) ilustra a presença de estereótipos de gênero que se manifestam nas brincadeiras destinadas às meninas e aos meninos. O autor aponta que, nas trocinhas separadas por sexo feminino e masculino, as brincadeiras das meninas estavam vinculadas a ordem do ambiente privado, inclusive, muitas vezes, deixando o ambiente da rua e adentrando os quintais das casas, enquanto as dos meninos, que, para o autor, tinham uma organização mais complexa, eram constituídas por jogos e apresentavam rivalidades com trocinhas vizinhas. O autor enfatiza ainda que as características das trocinhas era a separação por sexo, e quem transgredia essa regra sofria preconceito e discriminação dentro do próprio grupo, sendo tratado ofensivamente, com termos pejorativos. De acordo com Abramowicz (2015):

> Em seu esforço por compreender as relações sociais entre as crianças, Florestan procurou descrever minuciosamente tais relações e, ao fazê-lo, em certa medida realizou uma etnografia do universo infantil. Ali, de alguma maneira, se revelam temas contemporâneos, ainda que o autor não tenha se detido sobre eles, tais como relações de gênero, de sexualidade, de etnia, de raça, de trabalho, o tema do estrangeiro, além do próprio tema-chave do revelar o que é a cultura infantil (Abramowicz, 2015, p. 15-16).

[1] Ver Santos (2021).

[2] As "trocinhas" são grupos de crianças formados nas ruas. Tal denominação foi feita pelas próprias crianças à época do estudo de Fernandes (1944).

Como destaca Abramowicz (2015), ainda que Fernandes (1944) não tenha se detido completamente na temática de gênero ou de raça, é sobre essa percepção que se instala o que o autor chama de "cultura infantil": na sua interpretação, uma cultura própria, pois é constituída na relação entre pares e com elementos quase que exclusivamente daquele grupo de crianças. Para além dessa percepção, tem-se compreendido que Fernandes (1944) inaugura a ideia de que a cultura infantil é uma categoria sociológica que permite analisarmos as relações sociais e de poder do mundo adulto.

Interseccionalidades entre infância, gênero e raça na sociologia da infância brasileira

A pesquisa realizada por Abramowicz (2015) traz um aspecto importante da sociologia da infância no Brasil: embora tenhamos sido um dos países pioneiros a investir nessa perspectiva, há um hiato significativo de produções no campo por aproximadamente 30 anos. Já procuramos entender onde estavam as produções sobre crianças e infâncias no período entre os anos de 1950 a 1980, e chegamos na conclusão de que as produções estavam centradas nas áreas médicas, na pediatria, na psicologia, e também no campo jurídico, e sobretudo por se tratar de um interstício temporal em que se instalou no Brasil a ditadura militar, em que as crianças mais pobres eram vistas e tratadas como problemas sociais, vetores de doenças, marginais, delinquentes, "menores" etc. Do ponto de vista sociológico, é também na chave da pobreza e da precariedade que a criança é inicialmente analisada, ou a partir de um olhar institucional da família (ofício da criança) ou da escola (ofício do aluno), assim como também relata Sirotá (2001) a respeito dos estudos sociológicos franceses.

Considera-se, assim, que as produções mais centradas na criança e na infância que contribuíram para a composição da sociologia da infância brasileira emergem principalmente em meados dos anos de 1970. A implementação dos primeiros programas de pós-graduação no país ocupado por mulheres e feministas levanta hipóteses sobre o porquê desde essa época a infância era pensada de modo interseccionalizado (Abramowicz, 2015). A nossa compreensão é a de que desde essa época as produções traziam a infância de modo interseccionado ao gênero e/ou raça e/ou classe, embora não utilizassem de modo direto o conceito de interseccionalidade, pois as pesquisadoras dessa geração já problematizam a matriz gênero/sexualidade/maternidade que infletia diretamente no modo de pensar a infância e a educação das crianças.

Vejamos alguns trabalhos com essa perspectiva. Campos (1975) refletia sobre o sexo da criança e aspectos culturais no texto *Relações entre sexo da criança e as aspirações educacionais e ocupacionais de mães*. Esse artigo marca uma relação direta entre o sexo biológico das crianças e os anseios projetados sobre elas quando são meninas. No mesmo período, destacam-se as publicações de Rosemberg (2012) e a ênfase dada às temáticas de gênero, às diferenças sexuais entre homens e mulheres, às desigualdades e as diferentes opressões, às relações étnico-raciais e a feminização do magistério, às discussões sobre a precarização da docência a partir de modelos de educação de baixo custo vinculados a

projetos de organizações multilaterais e à infância representada nos livros de literatura infantil. A respeito de Rosemberg, Moruzzi (2015), ao analisar sua produção teórica, afirma que:

> entendemos que a infância e as crianças foram conceitos mobilizados por Rosemberg no interior de uma estratégia política e teórica de luta contra a desigualdade social, clivagem na qual esteve centrada sua obra. Os recortes de gênero e raça, fundamentais em sua analítica, foram também linhas de combate sob a clave da desigualdade social (Moruzzi, 2015, p. 75).

Em relação às crianças e à infância, Rosemberg (2012) inseriu o debate crítico ao conceito de socialização que concebia a passividade das crianças como característica e objetivo da educação (tal como a sociologia tradicional de Durkheimer). Destacou a criança como sujeito ativo na produção de cultura e questionou as representações dos papéis sociais definidos para meninas e meninos, especialmente na literatura infantil. É de Rosemberg o conceito de "adultocentrismo" (Moruzzi, 2015), que trouxe uma percepção crítica sobre a opressão vivida pelas crianças em relação aos adultos e suas formas de educá-las, encará-las e tratá-las. Percebemos que a persistência de uma concepção essencialista relacionada aos comportamentos de meninos e meninas foi sendo problematizada a partir de estudos como os de Rosemberg (2012) e Campos (1975), pois suas percepções estavam diretamente ligadas em torno de compreender a maneira pela qual crianças brasileiras foram socialmente construídas e representadas a partir desses marcadores.

É importante dizer que, dentro dessa concepção essencialista, as diferenciações biológicas definem a condição de gênero de meninas e meninos, trazendo nessa perspectiva uma lógica de desenvolvimento de "papéis sociais" considerados adequados a homens e mulheres. Com Rosemberg (2012), é evidenciado que, além disso, é importante que as representações e as condições de vida das crianças brasileiras sejam investigadas e analisadas em uma perspectiva social e política relacionada às desigualdades de gênero, raça e condições etárias (Moruzzi, 2015).

Rosemberg (2012) também destacou em seus estudos as relações raciais e infância, no sentido de afirmar que as desigualdades observadas entre brancos e negros no acesso aos bens simbólicos se deve ao racismo constitutivo da sociedade brasileira, e que no campo de reflexões sobre identidade de cor-raça e identidade no âmbito da educação, principalmente na educação infantil, os estudos ainda eram raros e escassos. Questionou também sobre a concentração das pesquisas e estudos em determinadas regiões, como o sul e sudeste, onde o percentual de crianças negras e pardas era menor e, assim, tecendo discussões relacionadas à autoidentificação de pessoas que moram nas regiões norte e nordeste. Trouxe parâmetros sobre fortalecimentos e identidade étnicas negras, refletindo sobre os modos pelos quais ocorrem a autoidentificação e a heteroidentificação de crianças negras. Questionou os modos pelos quais a família, a creche, a pré-escola e pesquisadoras/es tratam o processo de heteroidentificação e identificação da cor-raça de uma criança pequena e/ou de um bebê. Rosemberg (2012) chegou a afirmar que:

> as pesquisas sobre relações raciais que abordaram a questão da criança negra no espaço escolar em sua grande maioria apresentam-na com problemas de relacionamento com seus colegas e professores ocasionados pela cor, gerando uma relação conflituosa e, muitas vezes, nociva para aqueles que acabam sendo rejeitados por seus atributos físicos. Mesmo na faixa etária a partir de quatro anos de idade, as pesquisas na área de educação infantil já apontam a existência da problemática racial entre crianças e adultos, sendo que esses últimos acabam utilizando práticas cotidianas que podem até mesmo reforçar o racismo, levando as crianças negras a um processo de socialização diferente da criança branca […] (Rosemberg, 2012, p. 54).

O destaque aqui dado às pesquisas de Rosemberg (2012) deve-se ao pioneirismo dessa pesquisadora: foi uma das primeiras a colocar sobre a criança, de modo concomitante, os atravessamentos de raça, gênero e classe.

Abramowicz (1995) também inaugura a discussão interseccional entre infância e gênero no livro *A menina repetente*, de modo a problematizar as condições ligadas ao ser criança menina e aos processos de reprovações escolares, de maneira a possibilitar um encontro singular entre a menina e o fracasso escolar. Vale mencionar que, em um momento em que havia uma expressiva quantidade de investigações a respeito do fracasso escolar, e que estes, de diferentes maneiras, responsabilizavam as crianças, ou, quando responsabilizavam a escola e a família, elucidavam os aspectos negativos do fracasso, esse trabalho faz à revelia uma leitura positiva do fato em si, ao compreender que "as crianças respondem à escola, falam também por meio da repetência […]. Elas também excluem a escola. […]. Há uma resposta à escola nesse movimento repetente" (Abramowicz, 1995, p. 12). O atravessamento de gênero na menina singulariza a repetência por ela vivida, o que faz a autora olhar para a diferença, sobretudo em uma perspectiva pós estruturalista Foucaultiana.

Além de Rosemberg (2012) e Abramowicz (1995, 2015), destacam-se as produções da pesquisadora Faria (1999, 2006), que se voltou para essa temática principalmente a partir dos anos 2000, compondo dossiês e estados da arte da infância em intersecção com gênero (Faria, 2006), amadurecendo a ideia do que chamou de pedagogia "macunaímica" para pensar a educação da infância, a qual caracterizou como uma pedagogia da escuta, das relações e da diferença, associando o termo macunaímico ao personagem "sem nenhuma caráter" de Mário de Andrade, sob o qual se desprenderia a moralidade, a rigidez e a formatação nos padrões e estigmas sociais (Faria, 1999). A expressão

> […] pode ser compreendida como uma pedagogia que valoriza o folclore e a cultura popular brasileira e que também critica a supervalorização dos povos colonizadores, assumindo uma postura de certo modo antropofágica: que devora a cultura do "outro" e a deglute, transformando-a em algo novo […] (Souza; Tebet, 2015, p. 128).

Destaca-se, ainda, as preposições da última década da pesquisadora, interseccionalizando os estudos da infância com perspectivas pós-colonialistas de maneira a propor uma "descolonização da infância" (Faria *et al.*, 2015).

O livro *Sociologia da Infância no Brasil*, organizado por Faria e Finco (2011), também se insere nesse contexto de produções com temáticas sobre infância, raça, gênero, classe etc. Nele, novas pesquisadoras são lançadas ou visibilizadas. O intuito é alargar cada vez mais o olhar sobre e as pesquisas no campo, pois "as crianças exigem que nós adultos exercitemos olhar o mundo a partir de outra perspectiva" (Faria; Finco, 2011, p. 5). Na obra supracitada, Nascimento (2011) discute sobre a constituição do campo e afirma a importância da sociologia da infância ao definir a infância como categoria estrutural geracional. A partir disso, a infância passa a ser estudada como categoria permanente na sociedade. As crianças são sujeitos participantes da sociedade em que vivem, e a infância como categoria traz à tona questões que passam a ser consideradas para compreensão do cenário social, político e cultural (Nascimento, 2011). Todavia, isso não significa que a infância seja uma categoria homogênea. Nascimento (2011) afirma que:

> nesse sentido, a infância é formada por sujeitos ativos e competentes, com características diferentes dos adultos. As crianças pertencem a diferentes classes sociais, ao gênero masculino ou feminino, a um espaço geográfico onde residem, à cultura de origem e a uma etnia, em outras palavras, são crianças concretas e contextualizadas, são membros da sociedade; atuam nas famílias, nas escolas, nas creches e em outros espaços, fazem parte do mundo, o incorporam e, ao mesmo tempo, o influenciam e criam significados a partir dele (Nascimento, 2011. p. 41).

Desse modo, a pesquisadora aciona a interseccionalidade ao problematizar a infância como categoria estrutural geracional, isto é, além de todos os marcadores, a geração e a idade são aspectos importantes que agregam à criança um lugar próprio, e o debate contribui para a consolidação do campo teórico da sociologia da infância no Brasil. Esses conceitos de geração e de idade não foram cunhados por Nascimento (2011), mas são revisitados pela autora.

Outra pesquisadora do campo é Oliveira (2010). A autora destaca como a questão racial é um aspecto que está presente no meio escolar e acaba se tornando elemento curricular, mesmo sem o pleno conhecimento dos professores. Segundo ela, a criança negra passa por processos de subjetivação que ocorrem na escola, que a constituem de maneira subalterna e inferior. Oliveira (2010) destaca que muitos estudos, como os de Rosemberg (1987), demonstram que crianças negras passam por dificuldades no que concerne a sua permanência na escola. Isso porque o rendimento da criança negra acaba sendo influenciado e alterado por processos intraescolares.

Além disso, a autora afirma que crianças negras, por meio de um conjunto de equipamentos centralizadores e difusores de sentido e de estética, vivenciam experiências negativas que as levam a construir autoimagens negativas sobre si.

> Os dados obtidos pela autora mostram que há um tratamento diferenciado em relação às crianças negras e brancas, baseado em uma linguagem não-verbal, por meio de atitudes, gestos e tons de voz que reforçam o racismo e a rejeição por parte das crianças negras em relação ao seu pertencimento racial (Oliveira, 2010, p. 212).

Percebe-se nesse sentido, que o reconhecimento racial na construção da identidade negra dessas crianças acaba sendo alterado de maneira negativa, pois, a partir de vieses como esses, crianças acabam internalizando conteúdos que contribuem negativamente para a constituição de sua identidade. O silenciamento na escola e na família acaba provocando a perpetuação de preconceito, discriminação e estigmas no contexto de vida da criança. Com isso, Oliveira (2010) destaca a necessidade de uma postura ativa de professores frente às crianças, trabalhando as diferenças em contraposição à concepção hegemônica historicamente perpetuada.

Outros pesquisadores, ainda mais recentes, continuam nessa trilha aberta pelas pesquisadoras da infância. Destacamos Santiago (2020), que em suas pesquisas traz discussões relacionadas à educação infantil, aos processos de racialização e às relações de gênero. Na concepção de Santiago (2020), as crianças são atores e atrizes sociais construtores da sociedade, consolidando seu papel ativo no processo de ação social. É a partir daí que "as crianças redesenham as possibilidades de existência, bem como constroem a vida para além da estrutura imposta pelos padrões de gênero construídos pelo patriarcado" (Pereira; Santiago, 2020, p. 11). Santiago (2020) reverbera a importância das categorias classe social, gênero e etnia/raça e sua relação com a categoria idade, expressando, nesse sentido, a significância de se pensar a infância no âmbito das intersecções. Isso porque, no espaço brasileiro, vivemos marcas de desigualdade deixadas pelo legado da escravização, onde há hierarquias na estrutura social. A partir disso, podemos pensar raça e racismo como fenômenos ativos, capazes de determinar fatores econômicos e regular as ações sociais.

> Os/as negros/as, tanto de pele escura quanto de pele clara, foram sempre projetados aos estratos das pessoas mais pobres, que não partilham (ou partilham muito pouco) das tendências do desenvolvimento econômico e da mudança sociocultural (Fernandes, 2008). O ideal de imposto pelo universo criado pelos brancos marca a vida dos indivíduos negros/as nos âmbitos social, subjetivo e cultural; esse fenômeno impõe um movimento constante de busca por um padrão de brancura, acionando diferentes mecanismos – modificações corporais, limitação no uso de roupas, desenraizamento cultural – na tentativa de se enquadrar em um mundo branco para acessar privilégios destinados às pessoas brancas (Santiago, 2020, p. 20).

Santiago, Souza e Faria (2019) desenvolveram um trabalho em que buscaram problematizar a questão da educação de crianças pequenas em contextos históricos e sociais marcados por processo de racialização. Para os autores, pensar a pedagogia da infância é evidenciar, no contexto educativo, que as crianças são marcadas pelas condições de vida que delimitam, alteram e constroem suas experiências. Diante disso,

> as pedagogias da infância só podem estabelecer seus desafios a partir dos contextos políticos, econômicos, culturais e sociais em que as crianças estão imersas; por isso, não há narrativa, abordagem, método ou característica que consiga elaborar um estatuto de uma pedagogia descolonizadora (Santiago; Souza; Faria, 2019, p. 13).

Nesse sentido, é necessário pensar uma educação que valorize a diversidade cultural e a produção do conhecimento que se destoa do pensamento hegemônico, enraizado e historicamente colocado como verdadeiro. Pensar a educação da infância em um movimento de igualdade de direito entre todas e todos. Uma educação desafiadora, que descentralize a perspectiva colonizadora do processo educativo. Isso porque a estigmatização racial ao longo da história tem gerado discriminação, exclusão e preconceito em relação aos negros, às crianças nos mais variados espaços.

Santiago, Souza e Faria (2019, p. 16) explicam que, diante disso, o movimento negro brasileiro em suas expressões coloca a necessidade de se pensar ações afirmativas de valorização da identidade negra para uma educação democrática de combate ao racismo, ultrapassando abordagens retrógradas e caminhando para uma abordagem intercultural e da igualdade que supere estereótipos, discriminação, preconceito e racismo "e implique o encontro, o diálogo, a alteridade".

O que podemos perceber por essas discussões é que o debate sobre infância no campo da sociologia da infância traz um novo paradigma para pensar a vida das crianças, majoritariamente interseccional. Há muitas outras autoras e autores que aqui não puderam ser mencionados, mas, para além das autorias, nos interessou ilustrar as articulações entre infância, raça e gênero, bastante presentes nesse campo teórico.

Considerações finais

Procuramos neste texto trazer à tona a ideia de que as pesquisas no campo da sociologia da infância brasileira estudam a infância e a criança a partir de um paradigma que é, em si, interseccional, ainda que não utilizando de forma direta o conceito de interseccionalidade cunhado pelo feminismo negro. Revisitamos inicialmente a pesquisa de Fernandes (1944), que, com Bicudo, são considerados pioneiros e precursores dos estudos que pensavam infância/raça, infância/gênero, infância/classe. Essa marca deixada por esses precursores repercute nas investigações das pesquisadoras das próximas gerações, em meados dos anos de 1970. Nesse período, temos uma primeira geração de pesquisadoras da infância, mulheres e feministas, que, compondo os primeiros cursos de pós-graduação no Brasil, movimentam o campo, refletindo sobre as condições das mulheres, as desigualdades de gênero e de raça, lutando pelos direitos das crianças e fincando a sociologia da infância no Brasil com um olhar muito reforçado para as injustiças sociais. Essas pesquisas são fundamentais, pois além de evidenciarem esse aspecto do campo no Brasil, concomitantemente elaboraram conceitos e pressupostos que dialogam diretamente com a luta pela educação infantil no país.

A segunda geração de pesquisadoras acentua o debate sobre gênero, raça, classe, infância, geração e idade. Nos preocupamos menos em indicar um período temporal para essas gerações e mais em indicar que são debates que se intensificam e se tornam cada vez mais informados por perspectivas interseccionais. Há várias pesquisadoras que poderiam ser mencionadas dessa segunda geração, mas procuramos indicar alguns textos que dão destaque a esses debates. Vemos que o campo está se expandindo; a terceira geração tem o debate interseccional muito incorporado nas pesquisas e traz epistemologias que fundamentam o conceito em si. Entendemos, por fim, que a ideia de interseccionalidade está na base da sociologia da infância brasileira e que esta peculiaridade constitui uma contribuição para o campo de modo amplo.

Referências

ABRAMOWICZ, A. Florestan Fernandes: Cultura Infantil. *In:* ABRAMOWICZ, A. *Estudos da Infância no Brasil*: encontros e memórias. São Carlos: EdFSCar, 2015.

ALMEIDA, J. S. *Mulher e educação pelo possível*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

ALONSO, G. *Cultura Infantil, Culturas Infantis e Culturas da Infância*: Polissemias em Debate. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2021.

FARIA, A. L. G. A contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil. *Educação e Sociedade*, v. 20, p. 60-91, 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/QSGr9W33C8ZTrY3qGxRDyCG/abstract/?lang=pt. Acesso em: 9 abr. 2024.

FARIA, A. L. G. Pequena infância, educação e gênero: subsídios para um estado da arte. *Cadernos Pagu*, n. 26, p.279-287, 2006. Disponível: https://www.scielo.br/j/cpa/a/MWbkd5gNtMT77mSwpRtPMry/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 9 abr. 2024.

FARIA, A. L. G.; FINCO, D. (org.) *Sociologia da Infância no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2011.

MORUZZI, A. B. Fúlvia Rosemberg. *In:* ABRAMOWICZ, A. *Estudos da Infância no Brasil*: encontros e memórias. São Carlos: EdFSCar, 2015.

NASCIMENTO, M. L. B. P. Reconhecimento da Sociologia da Infância como área de conhecimento e campo de pesquisa. *In:* FARIA, A. L. G.; FINCO, D. (org.) *Sociologia da Infância no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2011.

OLIVEIRA, F.; ABRAMOWICZ. A. Infância, Raça e "Paparicação". *Educação em Revista*, v. 26, n. 2, p. 209-226, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/vg5K7QqcXTm9ZRfsW9WVgvj/?lang=pt. Acesso em: 9 abr. 2024.

PEREIRA, A. O.; SANTIAGO, F. Cores que desenham o mundo: infâncias e as marcas de gênero, raça e classe. *Educação*, v. 45, n. 1, p. 1-23, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/38743. Acesso em: 9 abr. 2024.

ROSEMBERG, F. A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais. *In:* BENTO, M. A. S. (org.). *Educação infantil, igualdade racial e diversidade*: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: CEERT, 2012. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_pedagogicos/edinf_igualdade.pdf. Acesso em: 9 abr. 2024.

SANTIAGO, F.; SOUZA, M. L. A.; FARIA, A. L. G. Pedagogia da Infância no Brasil e na Itália: a criança em contextos interculturais marcados historicamente pelo racismo. *EccoS*, n. 51, p. 1-23, 2019. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/13481/7997. Acesso em: 9 abr. 2024.

SANTIAGO, F. “Não é nenê, ela é preta”: Educação Infantil e pensamento interseccional. *Educação em Revista*, v. 36, p. 1-25, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/tyzm4v7TDVpDtsBcNmvhKzz/?lang=pt. Acesso em: 9 abr. 2024.

SANTOS, M. A. G. O *Conceito de Sociabilidade em Georg Simmel*: contribuições à Sociologia da Infância. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2021.

Sobre as organizadoras

Etienne Baldez



Professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB), atuando como docente no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) e no Programa de Pós-graduação em Educação Modalidade Profissional (PPGEMP). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre os Estudos Sociais da Infância (Gepesi). Integra o Grupo de Pesquisa em História e Historiografia da Educação da Universidade de Brasília (Gruphe). Realiza estudos de história da infância e história da educação infantil no Brasil. E-mail: etienne.baldez@unb.br

Monique Aparecida Voltarelli



Professora adjunta da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação Modalidade Profissional (PPGEMP) da Universidade de Brasília (FE/UnB). Membro do Grupo de Sociología de la Infancia y la Adolescencia (GSIA) e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre os Estudos Sociais da Infância (Gepesi) da Universidade de Brasília. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorado sobre a participação infantil na América Latina pela Universidade de São Paulo (FEUSP) e em direitos das crianças pela Universidade de Ciências Aplicadas de Potsdam, Alemanha. Realiza estudos no campo dos estudos sociais da infância, pesquisando temas como participação infantil, direitos das crianças, educação infantil e infância na América Latina. Email: mvoltarelli@unb.br

Sobre os autores

Ademilson de Sousa Soares

Professor associado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na graduação e pós-graduação. Graduado em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), com doutorado em educação pela UFMG e pós-doutorado em pesquisas sobre políticas para a educação infantil na PUC Minas. E-mail: pacosoares@ufmg.br.

Aline Buy dos Santos

Mestre em educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ) e professora do Centro de Referência em Educação Infantil Realengo do Colégio Pedro II (Creir/CPII). E-mail: alinebuy2@gmail.com.

Ana Paula Batista Pina dos Santos

Mestre em educação na linha de pesquisa Escola, Aprendizagem, Ação Pedagógica e Subjetividade na Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB). Graduada em pedagogia pela UnB e em administração pela Universidade Paulista (Unip). Especializada em psicopedagogia pela Universidade Católica de Brasília (UCB) e em orientação educacional e vocacional pela Faculdade do Distrito Federal (FACDF). É membro do Grupo de Pesquisa Sujeitos, Territórios e a Construção do Conhecimento. Atua como coordenadora pedagógica da educação infantil do Colégio Marista João Paulo II, no Distrito Federal. E-mail: anapaulabatistapina@gmail.com.

Andrea Braga Moruzzi

Docente de graduação em pedagogia e de pós-graduação em educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Líder do grupo de pesquisa Infâncias e Feminismos (Infemis). Pesquisa sobre infância, sociologia da infância, gênero e feminismos. E-mail: marcia.argenti@unesp.br.

Catarina Moro

Professora associada do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil (Nepie). Atua como editora chefe da Educar em Revista (UFPR). É bacharel e licenciada em psicologia, especialista em educação infantil, mestre em psicologia da infância e da adolescência e doutora em educação pela UFPR. Atua principalmente nos seguintes temas: práticas educativas para/com a pequena infância, avaliação de contexto e políticas públicas em educação infantil. E-mail: moro.catarina@gmail.com.

Cristiano Rogério Alcântara

Graduado em pedagogia em gestão escolar pelo Centro Universitário de Santo André (2004) e em letras – português e literaturas de língua portuguesa pela Universidade de Franca (2014). Mestre em ciência da informação e documentação pela Universidade de São Paulo (2009). Doutor em língua portuguesa (2015) e pós-doutor em psicologia da educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2022). E-mail: cralcantara@uol.com.br.

Danielle Atta

Mestre em educação pela Universidade de Brasília. Graduada em história e pedagogia e pós-graduada em políticas públicas, infância, juventude e diversidade e em educação infantil. Pedagoga e orientadora educacional na Secretaria de Educação do Distrito Federal. E-mail: danielleatta2@gmail.com.

Débora de Souza Santos

Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Mestre em educação na modalidade profissional pela Universidade de Brasília. Especialista em educação infantil na perspectiva histórico-cultural e graduada em pedagogia. E-mail: deborag7@hotmail.com.

Flávio Santiago

Pesquisador em nível de pós-doutorado na Universidade Federal de Juiz de Fora. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa Sociologia da Infância e Educação Infantil (Gepsi/USP) e no Grupo de Pesquisas e Estudos em Geografia da Infância (Grupegi). E-mail: santiagoflavio2206@gmail.com.

Gabriela Barreto da Silva Scramingnon

Professora adjunta do departamento de didática da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Doutora em educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio, 2017). Mestre em educação pela Unirio (2011). Integrante do grupo de pesquisa Educação Infantil e Políticas Públicas (Eipp/Unirio). Integrante do grupo de pesquisa Infância, Formação e Cultura (Infoc/PUC Rio). E-mail: gabriela.scramingnon@unirio.br.

Gabriela Lotta

Professora e pesquisadora de administração pública e governo da Fundação Getulio Vargas (FGV). Doutora em ciência política pela Universidade de São Paulo (USP), mestra e graduada em administração pública pela FGV. Coordenadora do Núcleo de Estudos da Burocracia (NEB). Docente da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole (CEM). Coordenadora da área temática Estado e Políticas Públicas da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e diretora da pesquisa da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (Anep/CP). Email: gabriela.lotta@fgv.br.

Giane Lucelia Grotti

Doutora em educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialista em metodologia do ensino pré-escolar e fundamental pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Pedagoga formada pelo Centro de Estudos Superiores de Londrina (Cesulon), atualmente Centro Universitário Filadélfia (Unifi). Coordenadora do curso de pós-graduação lato sensu em educação infantil e professora do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Acre. Atua na área de políticas e currículo para infância, educação infantil e história do atendimento à infância. E-mail: giane.grotti@ufac.br.

Ingrid Dittrich Wiggers

Doutora em educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora titular da Universidade de Brasília. Atua no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília. Líder do Imagem – Grupo de Pesquisa sobre Corpo e Educação. E-mail: ingridwiggers@gmail.com.

Lara Batomarco Nobre

Graduada em pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB, 2023). Atualmente, é estudante de pós-graduação em psicopedagogia e neuroeducação, e

se especializa em psicanálise infantil na Associação Brasileira de Medicina Psicossomática (ABMP-DF). É membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Sobre os Estudos Sociais da Infância (Gepesi). Atua como auxiliar do desenvolvimento infantil no Ministério da Saúde. E-mail: nobrelara@hotmail.com.

Laura Brisolara de Albuquerque

Pedagoga pela Universidade de Brasília (UnB), pós-graduanda em alfabetização e letramento pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Sua pesquisa no Pibic-UnB foi sobre os impactos da pandemia da covid-19 na educação infantil. E-mail: laurabrisolara@gmail.com.

Lígia Almeida Teixeira

Graduada em pedagogia pela Universidade de Brasília (UnB). Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Mestranda em educação na modalidade profissional (PPGE/UnB). E-mail: ligiateixeira11@gmail.com.

Lisandra Ogg Gomes

Professora associada da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação (Proped) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Procientista na Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e na Uerj. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Território dos Estudos da Infância. E-mail: lisandraogg@yahoo.com.br.

Lucas Ramos Martins

Doutor e mestre em educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social (PPGE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduado em pedagogia pela mesma instituição. Integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil (Nepei/UFMG). Atua como professor no Departamento de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg). E-mail: lucas.martins@uemg.br.

Marcia Cristina Argenti

Livre docente em estudos da infância na Universidade Estadual Paulista (Unesp), doutora e mestra em psicologia pela Universidade de São Paulo (USP) e pedagoga na Unesp. Pesquisadora e docente do Departamento de Psicologia da Educação da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Infância,

Família e Escolarização (Gepife). Docente no Programa de Pós-graduação em Educação Escolar (acadêmico) e no Programa de Pós-graduação em Educação Sexual (profissional) da Unesp. Desenvolve atividades nas áreas temáticas da infância, família e escolarização. E-mail: marcia.argenti@unesp.br.

Maria Alice Barbosa dos Santos

Graduanda em pedagogia na Universidade Federal Fluminense (UFF). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Infância, Bebês e Crianças (Gerar). Bolsista do Programa de Iniciação Científica da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Pibic/Faperj). E-mail: mariaalicebarbosadossantos@id.uff.br.

Maria Fernanda Rezende Nunes

Professora titular-livre em educação infantil do Departamento de Didática e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Tem experiência na área de educação, com ênfase em educação infantil, atuando principalmente nos seguintes temas: política pública, formação, alfabetização e currículo. Participante do programa Cientista do Nosso Estado (CNE) da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj, 2021). Coordena o grupo de pesquisa Educação Infantil e políticas públicas (Eipp). E-mail: maria.f.nunes@unirio.br.

Maria Lídia Bueno Fernandes

Geógrafa. Docente do curso de pedagogia e professora e pesquisadora no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília (UnB). Líder do Grupo de Pesquisa Sujeitos, Territórios e a Construção do Conhecimento (GPS). Integrante da Rede latino-americana de pesquisa e reflexão com crianças e jovens (Reir). Trabalha com temas relacionados à geografia da infância e da juventude. E-mail: lidia_f@uol.com.br.

Marina Pereira de Castro e Souza

Professora adjunta do Departamento de Formação de Professores, na área de educação infantil, na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente é vice coordenadora do grupo de pesquisa Educação Infantil e Políticas Públicas (Eipp), na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Pesquisa os seguintes temas: educação inclusiva, medicalização e estudos da deficiência. Integrante da Rede Nacional de Pesquisas em Saúde Mental de Crianças e Adolescentes (Rede Pq-SMCA). E-mail: mpcastros@yahoo.com.br.

Mayra Silva dos Santos

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pós-graduanda em educação especial com ênfase em educação inclusiva pelo Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG). Integrante e pesquisadora dos grupos de pesquisa Infâncias e Feminismos (Infemis) e Educação e Relações Étnico-Raciais, da UFSCar. Suas pesquisas estão relacionadas à formação e trabalho docente, raça e gênero. E-mail: mayra.silva9152@gmail.com.

Nazareth Salutto

Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Programa de Extensão Educação Infantil: infância, formação e sociedade. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Infância, Bebês e Crianças (Gerar). E-mail: nazarethssalutto@gmail.com.

Rafaelli Norberto Grégio

Graduada em pedagogia e mestre em educação pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Já atuou como professora substituta da Ufac. Professora da educação infantil há 15 anos. E-mail: rafaelligregioac@gmail.com.

Rhaisa Naiade Pael Farias

Doutora em educação pela Universidade de Brasília (UnB). Participou do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) na Queensland University of Technology. Tem pós-graduação lato sensu em docência na educação infantil e graduação em pedagogia com habilitação em educação infantil pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Atualmente é docente no curso de pedagogia na modalidade a distância do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) e professora substituta na UnB. E-mail: rhaisapael@yahoo.com.br.

Taís Aparecida de Moura

Docente efetiva do Departamento de Educação (Deduc) da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg). Coordenadora do Grupo de Investigação de Infâncias e Linguagens (Giil/Uemg) e pesquisadora em nível de pós-doutorado em artes na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), cuja pesquisa versa a respeito das visualidades e processos estéticos das salas de aula de alfabetização. E-mail:tais.moura@uemg.br.

Vanessa Medianeira da Silva Flôres

Pedagoga. Especialista em gestão educacional e docência na educação infantil. Mestra em educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutoranda em educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integrante e pesquisadora dos grupos de pesquisa Infâncias e Feminismo (Infemis), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infâncias e Educação Infantil, da UFPR. Suas pesquisas estão relacionadas a gênero e infâncias, educação infantil, práticas pedagógicas e relações étnico-raciais. Professora da Rede Municipal de Educação de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. E-mail: vanessaf.educ@gmail.com.

Viviane Fernandes Faria Pinto

Doutora em educação, mestre em processos de desenvolvimento humano e saúde, especialista em desenvolvimento psicológico e inclusão escolar e graduada em pedagogia pela Universidade de Brasília (UnB). Foi assessora pedagógica em projetos de formação inicial de professores do Ministério da Educação (MEC), orientadora educacional da Secretaria de Educação do Distrito Federal e pesquisadora do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Atualmente é professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. E-mail: viviane.educ@gmail.com.

A Editora UnB é filiada à

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

EDUCAÇÃO INFANTIL EM DIÁLOGO

Pesquisas e olhares a partir dos estudos sociais da infância

Educação Infantil em diálogo: pesquisas e olhares a partir dos estudos sociais da infância é uma coletânea composta por textos de pesquisadoras e pesquisadores de diversas regiões do Brasil, que têm constituído o campo de estudos da infância, articulando uma teia científica preocupada com as crianças e a infância contemporânea. Parte dessa teia tem sido tecida no âmbito das pesquisas realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisa sobre os Estudos Sociais da Infância (GEPESI/UnB), da Universidade de Brasília, e dos diálogos que o grupo têm travado com diferentes áreas do conhecimento humano e seus pesquisadores, tendo como eixo central também as crianças (sujeitos históricos, atores sociais, produtoras e participantes ativos na cultura) e a pluralidade da infância. Assim, o livro busca reunir contribuições teóricas e metodológicas que permitam pesquisadores, estudiosos e profissionais que atuam com a infância, em especial na educação delas, de forma a ampliar olhares, saberes e instigar novos "quereres" por assim dizer no trabalho com as crianças pequenas. Almejamos proporcionar ao leitor reflexões e provocações, por meio de um pensamento dialético e complexo, que questionem nossas práticas, que revejam nossas posturas, que nos inspirem na realização de nossas pesquisas e principalmente que nos permita abrir possibilidades para conhecer e nos relacionarmos de forma mais respeitosa e potente com as crianças.

EDITORA UnB

Pesquisa, Inovação & Ousadia